

**BMW Financeira S.A. – Crédito,
Financiamento e Investimento**

**Demonstrações contábeis do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2018 e 2017**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores da
BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 30 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da BMW

Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeira individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 29 de agosto de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as

demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. – CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017. As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.

Ativos Totais

Os ativos totais atingiram, em 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 1.644.478 mil (R\$ 1.364.271 mil em 30 de junho de 2017).

Operações de Crédito

A BMW Financeira S/A - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$ 1.343.522 mil em 30 de junho de 2018 (R\$ 1.342.203 mil em 30 de junho de 2017).

As Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 30.028 mil em 30 de junho de 2018 (R\$ 75.788 mil em 30 de junho de 2017).

Operações de Arrendamento Mercantil

A BMW Leasing do Brasil S/A - AM desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 1.714 mil no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 3.212 mil em 30 de junho de 2017).

As Provisões para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 34 mil em 30 de junho de 2018 (R\$ 296 mil em 30 de junho de 2017).

Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido total atingiu, em 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 365.662 mil (R\$ 307.187 mil em 30 de junho de 2017).

O conglomerado prudencial da BMW Financeira S.A. – CFI encerrou o semestre em 30 de junho de 2018 com lucro de R\$ 42.181 mil (R\$ 9.515 mil em 30 de junho de 2017).

O lucro do semestre findo em 30 de junho de 2018 decorre, basicamente, da diminuição das despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e das despesas de intermediação financeira.

Remuneração dos Acionistas

Aos acionistas da BMW Financeira S.A. - CFI e da BMW Leasing do Brasil S.A. - AM está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Financeira S.A. – CFI.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

A Administração

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE	1.103.441	928.316	CIRCULANTE	934.063	834.568
Disponibilidades	59	338	Depósitos	6.577	459.618
Aplicações interfinanceiras de liquidez	147.613	5.995	Depósitos interfinanceiros	-	419.094
Aplicações interfinanceiras de liquidez	147.613	5.995	Depósitos a prazo	6.577	40.524
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	105.440	5.484	Obrigações por empréstimos	908.786	337.083
Instrumentos financeiros derivativos	105.440	5.484	Empréstimos no exterior	908.786	337.083
Operações de crédito	818.026	881.139	Instrumentos financeiros derivativos	-	14.561
Financiamentos - setor privado	838.282	944.638	Instrumentos financeiros derivativos	-	14.561
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.256)	(63.499)	Outras obrigações	18.700	23.306
Operações de arrendamento mercantil	(14)	(168)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.203	1.974
Arrendamentos a receber - Setor privado	375	588	Sociais e estatutárias	247	37
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(369)	(583)	Provisão para imposto de renda diferido	744	513
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(20)	(173)	Credores por antecipação de valor residual	2.863	3.436
Outros créditos	32.097	35.232	Fiscais e previdenciárias	2.851	3.296
Diversos	32.097	35.232	Diversas	10.792	14.050
Outros valores e bens	220	296			
Despesas antecipadas	220	296			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	533.479	425.784	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	330.059	211.492
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	19.907	552	Obrigações por empréstimos	321.069	198.655
Instrumentos financeiros derivativos	19.907	552	Empréstimos no exterior	321.069	198.655
Operações de crédito	495.468	385.276	Instrumentos financeiros derivativos	-	6.494
Financiamentos - setor privado	505.240	397.565	Instrumentos financeiros derivativos	-	6.494
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.772)	(12.289)	Outras obrigações	8.990	6.343
Operações de arrendamento mercantil	(10)	(120)	Provisão para imposto de renda diferido	385	525
Arrendamentos a receber - Setor privado	274	420	Credores por antecipação de valor residual	2.092	2.457
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(270)	(417)	Diversas	6.513	3.361
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(14)	(123)			
Outros créditos	18.114	40.056	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	14.694	11.024
Diversos	18.114	40.056	Resultados de exercícios futuros	14.694	11.024
Outros valores e bens	-	20			
Despesas antecipadas	-	20			
PERMANENTE	7.558	10.171	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	365.662	307.187
Imobilizado de uso	799	1.025	Capital social	204.296	204.296
Outras imobilizações de uso	2.135	1.997	De domiciliados no Exterior	204.296	204.296
Depreciações acumuladas	(1.336)	(972)	Reserva de lucros	113.185	56.905
Imobilizado de arrendamento	6.691	9.121	Reservas de lucros	73.942	49.407
Bens arrendados	6.499	9.021	Lucros ou Prejuízos acumulados	39.243	7.498
(-) Depreciações acumuladas e superveniência de depreciação	192	100	Participação de não controladores	48.181	45.986
Intangível	68	25	Participação de não controladores	48.181	45.986
Ativos intangíveis e amotizações acumuladas	68	25			
TOTAL DO ATIVO	1.644.478	1.364.271	TOTAL DO PASSIVO	1.644.478	1.364.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2018	2017
	1o Semestre	1o Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	215.841	159.395
Operações de crédito	116.619	134.269
Operações de Arrendamento Mercantil	1.061	1.669
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.857	2.864
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	95.304	20.593
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(100.662)	(107.699)
Operações de captação no mercado	(6.062)	(38.816)
Operações de empréstimos e repasses	(125.286)	(51.622)
Operações de Arrendamento Mercantil	(846)	(1.298)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31.532	(15.963)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	115.179	51.696
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(33.077)	(33.358)
Rendas de tarifas bancárias	3.336	2.669
Despesas de pessoal	(10.320)	(11.325)
Outras despesas administrativas	(9.872)	(10.021)
Despesas tributárias	(1.828)	(4.277)
Outras receitas operacionais	1.799	2.875
Outras despesas operacionais	(16.192)	(13.279)
RESULTADO OPERACIONAL	82.102	18.338
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	82.102	18.338
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(39.921)	(8.823)
Provisão para imposto de renda	(9.589)	(9.830)
Provisão para contribuição social	(7.700)	(7.913)
Ativo fiscal diferido	(22.632)	8.920
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	42.181	9.515
Resultado atribuído para o controlador:	42.188	9.413
Resultado atribuído para o não controlador	(7)	102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	204.296	-	3.794	45.219	-	44.363	297.672
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.515	-	9.515
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	476	-	(476)	-	-
Participação de não controladores	-	-	(82)	-	(1.541)	1.623	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	204.296	-	4.188	45.219	7.498	45.986	307.187
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	394	-	7.498	1.623	9.515
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	204.296	-	4.949	66.928	-	47.308	323.481
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	42.181	-	42.181
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	2.109	-	(2.109)	-	-
Participação de não controladores	-	-	(44)	-	(829)	873	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	204.296	-	7.014	66.928	39.243	48.181	365.662
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	2.065	-	39.243	873	42.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	1º Semestre	1º Semestre
	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre	42.180	9.515
Ajustes ao lucro/(prejuízo) líquido	118.012	60.258
Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(31.532)	15.963
Impostos diferidos	22.632	(8.920)
Depreciações e amortizações	1.042	1.479
Obrigações por empréstimos no exterior	125.286	51.622
Superveniência de depreciação	360	461
Provisão para contingências	224	(347)
Variações Patrimoniais	(51.528)	(80.106)
(Aumento) Redução em imobilizado de arrendamento mercantil	(2)	(715)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(91.489)	(2.773)
(Aumento) Redução em operações de créditos	183.877	177.856
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(2)	(37)
(Aumento) Redução em outros créditos	(996)	(8.937)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(192)	(125)
Aumento (Redução) em depósitos	(215.217)	(307.302)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	81.653	87.511
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(1.819)	(21.217)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(2.960)	(1.735)
Aumento (Redução) em resultado de exercícios futuros	(4.381)	(2.632)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	108.664	(10.333)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado de uso	257	(134)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	257	(134)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	108.921	(10.467)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	38.751	16.801
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	147.672	6.333
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	108.921	(10.467)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
DE 2018 E 2017**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, “Instituição”, tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e “Floorplan”.

“Floorplan” é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, “Sociedade”, concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é controlada pela BMW Acquisitions Ltda., que detém, 99,99% de suas ações ordinárias nominativas.

A BMW Acquisitions Ltda. tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

As operações das empresas são conduzidas no contexto de um Conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro nacional. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos relativos à estrutura operacional e administrativa comuns são absorvidos em conjunto ou individualmente.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução CMN nº 4.280/2013 determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram aprovadas em 29 de agosto de 2018.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebidos referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria tem seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

e) Hedge

No momento da designação inicial do hedge, a instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo.

f) Operações de arrendamento

As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil - BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

g) Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN no 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A reclassificação de operações para categoria de menor risco é admitida quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança de nível de risco.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito/arrendamento mercantil com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

h) Imobilizado de uso e intangível

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual BMW Serviços Financeiros espera utilizar o ativo.

i) Imobilizado de arrendamento

Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação.

A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº. 140/84, quando aplicável.

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador.

O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento.

j) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

k) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 20%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%.

Em 06 de outubro de 2015, a MP se converteu em Lei através da publicação da Lei nº 13.169.

Os valores registrados no ativo, na rubrica “Outros créditos - créditos tributários”, foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (Vide nota explicativa nº 13).

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 20% para provisão para devedores duvidosos, marcação a mercado em operações com derivativos (SWAP) e outras provisões operacionais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06.

De acordo com a Lei 13.169, artigo 1º, a alíquota de 20%, aplicável à Contribuição Social, estará vigente até 31 de dezembro de 2018, motivo pelo qual foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias, que se realizam até esta data pela alíquota de 20%. Para o saldo restante, foi utilizada a alíquota de 15%.

m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As instituições que compõe o Conglomerado Prudencial revisam as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente.

n) Contingências

Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN no. 3.823/09.

A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o provisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas.

o) Lucro líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades - Caixa	59	338
Aplicações interfinanceiras de liquidez	147.613	5.995
Total	147.672	6.333

a. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>1o.Sem.18</u>	<u>1o.Sem.17</u>
Rendas com aplicações em depósitos interfinanceiros	2.857	2.864
TOTAL	2.857	2.864

5 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos passivos próprios encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&F Bovespa B3.

A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02.

A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como os testes de efetividade, estão documentados e confirmam que os derivativos são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e, foram realizadas no mercado de balcão.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador:

2018						
Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM	
Swap (ponta ativa)	EUR	1.066.218	1.241.026	1.229.856	(11.170)	
Swap (ponta passiva)	PRÉ	1.066.218	1.105.317	1.104.509	808	
Diferencial a receber/ (a pagar)						(10.362)

2017						
Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM	
Swap (ponta ativa)	EUR	518.008	549.083	535.738	(13.345)	
Swap (ponta passiva)	PRÉ	518.008	545.853	550.757	(4.904)	
Diferencial a receber/ (a pagar)						(18.249)

Vencimentos - Valor Mercado - 2018						
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total	
Swap (ponta ativa)	EUR	908.786	321.070	-	1.229.856	
Swap (ponta passiva)	PRÉ	803.346	301.163	-	1.104.509	

Vencimentos - Valor Mercado - 2017

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap (ponta ativa)	EUR	337.083	198.655	-	535.738
Swap (ponta passiva)	PRÉ	346.160	204.597	-	550.757

b. Avaliação a valor de mercado:

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de “hedge”, em conformidade com a Circular BACEN no 3.082/02.

2018

Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	1.066.218	1.241.026	1.229.856	11.170
Captação	EUR	1.066.218	(1.241.026)	(1.229.856)	(11.170)
					100%

2017

Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	518.008	549.083	535.738	13.345
Captação	EUR	518.008	(549.083)	(535.738)	(13.345)
					100%

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2018	2017
Rendas com operações de SWAP	132.007	56.143
Despesas com operações de SWAP	(36.073)	(35.550)
	95.304	20.593

d. Composição do diferencial a receber/(pagar):

	2018		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	1.066.218	1.241.026	1.229.856
Euro	1.066.218	1.241.026	1.229.856
Posição passiva	1.066.218	1.105.317	1.104.509
Pré-fixado	1.066.218	1.105.317	1.104.509
Diferencial líquido	-	135.709	125.347

	2017		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	518.008	549.083	535.738
Euro	518.008	549.083	535.738
Posição passiva	518.008	545.853	550.757
Pré-fixado	518.008	545.853	550.757
Diferencial líquido	-	3.230	(15.019)

6 Operações de crédito

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu critérios de classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil, e regras para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa.

A classificação das operações deve ser amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração, pontualidade e atrasos nos pagamentos.

Em maio/2018, uma revisão mais abrangente dos ratings foi realizada pela área de Riscos no sentido de verificar o enquadramento dos contratos nos preceitos determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, em conjunto à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital.

Tal revisão levou a Instituição a realizar uma reversão de provisão, no montante de R\$ 21.118, motivo pelo qual nota-se uma diminuição do total de provisão constituída.

a. Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:

Nível de risco	2018						Provisão
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total Valor Presente	% Provisão	
AA	669	533	2.289	33.356	36.847	0,00%	-
A	24.428	35.284	90.143	459.724	609.579	0,50%	3.048
B	11.065	104.289	56.023	181.000	352.377	1,00%	3.524
C	1.286	175.269	10.618	96.674	283.847	3,00%	8.515
D	-	43.123	1.209	2.215	46.547	10,00%	4.655
E	-	412	719	2.971	4.102	30,00%	1.231
F	-	17	181	1.475	1.673	50,00%	836
G	152	-	90	858	1.100	70,00%	769
H	227	559	1.238	5.426	7.450	100,00%	7.450
Total	37.827	359.486	162.510	783.699	1.343.522		30.028

2017

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total Valor Presente	% Provisão	Provisão
AA	1.051	5.521	11.825	211.505	229.902	0,00%	-
A	13.140	76.034	41.543	282.407	413.124	0,50%	2.066
B	6.232	32.795	33.453	164.333	236.813	1,00%	2.368
C	5.768	94.222	21.528	28.023	149.541	3,00%	4.486
D	4.730	152.491	23.411	16.810	197.442	10,00%	19.744
E	73	82.332	5.384	6.492	94.281	30,00%	28.284
F	-	209	934	2.205	3.348	50,00%	1.674
G	-	100	355	1.499	1.954	70,00%	1.368
H	55	7.571	1.720	6.452	15.798	100,00%	15.798
Total	31.049	451.275	140.153	719.726	1.342.203		75.788

b. Composição da carteira de crédito por vencimento:

2018

Parcelas em curso normal:	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	144.305	55.079	-	199.384
De 91 até 360 dias	353.219	277.268	-	630.487
Acima de 360 dias	505.240	-	-	505.240
Subtotal	1.002.764	332.347	-	1.335.111
Parcelas vencidas:				
De 15 a 180 dias	5.642	-	-	5.642
De 180 a 360 dias	2.769	-	-	2.769
Subtotal	8.411	-	-	8.411
Total	1.011.175	332.347	-	1.343.522

2017

Parcelas em curso normal:	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	164.942	366.420	7.036	538.398
De 91 até 360 dias	360.898	33.886	-	394.784
Acima de 360 dias	397.566	-	-	397.566
Subtotal	923.406	400.306	7.036	1.330.748
Parcelas vencidas:				
De 15 a 180 dias	8.628	-	-	8.628
De 180 a 360 dias	2.827	-	-	2.827
Subtotal	11.455	-	-	11.455
Total	934.861	400.306	7.036	1.342.203

c. Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Saldo em 31/12/2017	26.405	40.129	2.105	68.639
Constituições	5.709	3.316	3	9.028
Reversões	(5.328)	(32.973)	(2.108)	(40.409)
Baixas	(7.230)	-	-	(7.230)
Saldo em 30/06/2018	19.556	10.472	-	30.028

	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	28.177	36.119	2.116	66.412
Constituições	7.374	14.896	6	22.276
Reversões	-	(6.223)	(11)	(6.234)
Baixas	(6.666)	-	-	(6.666)
Saldo em 30/06/2017	28.885	44.792	2.111	75.788

	2018	2017
Baixas para prejuízo	(7.230)	(6.666)
Renegociações CDC	20.340	22.105
Recuperações	3.291	1.464

d. Concentração dos maiores devedores:

	2018		2017	
10 maiores clientes	190.484	14,18%	187.384	13,96%
50 seguintes maiores clientes	169.120	12,59%	227.281	16,93%
100 seguintes maiores clientes	40.088	2,98%	46.299	3,45%
Demais clientes	943.830	70,25%	881.239	65,66%
TOTAL	1.343.522	100,00%	1.342.203	100,00%

e. Resultado de operações de crédito:

	2018	2017
Rendas com operações de "CDC"	86.385	94.004
Rendas com operações de "Floorplan"	26.561	38.110
Rendas com empréstimos	382	691
Recuperações de créditos	3.291	1.464
TOTAL	116.619	134.269

7 Operações de arrendamento mercantil

A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN no 2.682/99.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos.

Em maio/2018, uma revisão mais abrangente dos ratings foi realizada pela área de Riscos no sentido de se verificar o enquadramento dos contratos nos preceitos determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, em conjunto à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital.

Tal revisão levou a Instituição a realizar uma reversão de provisão, no montante de R\$ 120, motivo pelo qual nota-se uma diminuição do total de provisão constituída.

a. Composição da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:

2018							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	-	6	-	3	9	0,00%	-
A	113	7	296	6	422	0,50%	2
B	-	47	437	238	722	1,00%	7
C	-	45	-	409	454	3,00%	14
D	-	107	-	-	107	10,00%	11
Total	113	212	733	656	1.714		34

2017							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	-	90	90	44	224	0,00%	-
A	-	87	132	469	688	0,50%	3
B	-	63	95	199	357	1,00%	4
C	-	61	160	-	221	3,00%	7
D	-	479	555	138	1.172	10,00%	117
E	64	406	80	-	550	30,00%	165
Total	64	1.186	1.112	850	3.212		296

b. Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:

	2018	2017
Parcelas em curso normal:		
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	291	579
De 91 até 360 dias	663	1.294
Acima de 360 dias	720	1.339
Subtotal	1.674	3.212
Parcelas vencidas:		
De 15 a 180 dias	40	-
Subtotal	40	-
Total	1.714	3.212

c. Movimentação da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2017	185	
Constituições	2	
Reversões	(153)	
Baixas	-	
Saldo em 30/06/2018	34	
Saldo em 31/12/2016	418	
Constituições	68	
Reversões	(146)	
Baixas	(44)	
Saldo em 30/06/2017	296	
	2018	2017
Baixas para prejuízo	-	(44)

d. Concentração dos maiores devedores:

	2018		2017	
10 maiores clientes	1.466	85,53%	2.061	64,17%
50 seguintes maiores clientes	248	14,47%	1.151	35,83%
TOTAL	1.714	100,00%	3.212	100,00%

e. Receitas de operações de arrendamento mercantil:

	2018	2017
Rendas com contraprestações	1.420	2.129
Lucro na alienação de bens arrendados	1	-
Superveniência/(-) Insuficiência de depreciação	(360)	(460)
Subtotal	1.061	1.669
Depreciação de Bens Arrendados	(846)	(1.298)
Subtotal	(846)	(1.298)
TOTAL	215	371

8 Imobilizado de arrendamento e perdas em arrendamento a amortizar

Visando atender ao regime de competência, a Sociedade reverteu a provisão para superveniência de depreciação, durante o 1º semestre de 2018, no valor de R\$ 360 (R\$ 460 em 30 de junho de 2017), equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 3.063 (R\$ 4.151 em 30 de junho de 2017) e gerou, no 1º

semestre de 2018, uma reversão na provisão para imposto de renda diferido de R\$ 90 (R\$ 115 em 30 de junho de 2017). O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Bens arrendados	2018	2017
Máquinas e equipamentos	491	1.102
Veículos e afins	6.008	7.919
Superveniência de depreciação	3.063	4.151
Subtotal	9.562	13.172

Depreciações acumuladas e superveniência de depreciação		
Depreciações e amortizações acumuladas	(2.871)	(4.051)
Total	6.691	9.121

9 Depósitos

a. Interfinanceiros

Referem-se às captações de recursos com instituições financeiras, porém, em 30 de junho de 2018 não há saldo.

b. A prazo

Referem-se às captações de recursos com a BMW do Brasil Ltda. e concessionárias BMW, com vencimento até setembro/2018, a taxas pós-fixadas que variam de 97% a 101% do CDI.

c. Composição da carteira de depósitos:

Depósitos Interfinanceiros:

	2018	2017
Vencimentos até 90 dias	-	223.671
De 91 até 360 dias	-	195.423
Total	-	419.094

Depósitos a Prazo:

	2018	2017
Vencimentos até 90 dias	6.577	30.459
De 91 até 360 dias	-	10.065
Total	6.577	40.524

Total geral	6.577	459.618
--------------------	--------------	----------------

d. Despesas com captação no mercado:

	2018	2017
Despesas de depósitos interfinanceiros	(4.372)	(35.407)
Despesas de depósitos a prazo	(1.690)	(3.409)
Total	(6.062)	(38.816)

10 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se às captações no exterior provenientes das entidades na Holanda – BMW Holding B.V. e BMW Finance N.V e, na Espanha - BMW España Finance. As captações tem como último vencimento abril/2020, com indexadores em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre 0,021% a 0,394% ao ano.

2018					
Captação Moeda Estrangeira					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	1.066.218	(1.241.026)	(1.229.856)	11.170

2017					
Captação Moeda Estrangeira					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	518.008	(549.083)	(535.738)	13.345

11 Resultado de exercícios futuros

É constituído pela equalização (subsídio) de taxas nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Leasing Financeiro, recebidas da BMW do Brasil e suas revendas, apropriado pelo prazo e taxa de cada contrato.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias, sem valor nominal:

- a) BMW Financeira S.A.: 148.636.517
- b) BMW Leasing do Brasil S.A.: 27.079.140
- c) BMW Acquisitions Ltda.: 41.017.952

BMW Financeira S.A e BMW Leasing do Brasil S.A:

Em 16 de abril de 2018 foi realizada Assembleia Geral Ordinária que tratou de: (a) Aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (b) Consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) Reeleger a Diretoria para o presente exercício social, mantendo-se a mesma remuneração do exercício anterior

A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 25 de abril de 2018 e homologada em 3 de julho de 2018.

b. Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202

da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Sociedade.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

c. Reservas

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

Reservas especiais de lucros

Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas.

d. Participação de não controladores

Refere-se às participações de acionistas não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas.

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%.

Em 6 de outubro de 2015 ocorreu a conversão da MP em Lei através da publicação da Lei 13.169.

A alíquota de 20% será aplicada até 31 de dezembro de 2018, conforme definido no artigo 1º da referida norma.

a. Imposto de renda e contribuição social – valores correntes e diferidos:

	Conglomerado prudencial Acumulado 2018		Conglomerado prudencial Acumulado 2017	
	Imposto de Renda	Contribuiçã o Social	Imposto de Renda	Contribuiçã o Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	82.102	82.102	18.338	18.338
Adições/(-) Exclusões permanentes:	956	405	2.146	2.146
Adições/(-) Exclusões temporárias:				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(38.761)	(38.761)	9.298	9.298
Superveniência de depreciação	360	-	461	-
Provisões operacionais	(140)	(140)	679	679
Prejuízos em operações de crédito	3.189	3.189	5.138	5.138
Marcação a mercado - Swap	(9.438)	(9.438)	3.256	3.256
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.037	1.037	1.193	1.193
Base de cálculo	39.305	38.394	40.509	40.048

Compensação de prejuízo fiscal	(640)	-	(841)	-
Base de cálculo	38.665	38.394	39.668	40.048
Alíquota (IR 15%)	(5.799)	-	(5.950)	-
Adicional (IR 10%)	(3.845)	-	(3.947)	-
Alíquota (CS 20%)	-	(7.680)	-	(7.913)
Provisão para IR diferido	90	-	(19)	(15)
Benefício PAT/Exercícios anteriores	55	(20)	67	-
Ativo fiscal diferido	(11.188)	(11.534)	5.025	3.929
Efeito do IR e CS no resultado	(20.687)	(19.234)	(4.824)	(3.999)

b. Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2017	Constituições	(-) Reversões/	Saldo em 30/06/2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	43.302	839	(19.385)	24.756
Outras (contingências e provisões operacionais)	8.992	1.235	(5.048)	5.181
Total	52.295	2.074	(24.433)	29.936

	Saldo em 31/12/2016	Adição	(-) Baixa	Saldo em 30/06/2017
Resultado de exercícios futuros	-	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34.863	8.838	(2.342)	41.179
Outras (contingências e provisões operacionais)	3.848	6.837	(4.528)	6.157
Total	38.531	15.675	(6.870)	47.336

c. Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2017	(-) Constituições	Reversões/ Utilizações	Saldo em 30/06/2018
MTM Swap	-	(364)	-	(364)
Superveniência de depreciação	(855)	(55)	145	(765)
Total	(855)	(419)	145	(1.129)

	Saldo em 31/12/2016	(-) Constituições	Reversões/ Utilizações	Saldo em 30/06/2017
MTM Swap	-	-	-	-
Superveniência de depreciação	(1.153)	(132)	247	(1.038)
Total	(1.153)	(132)	247	(1.038)

A Administração referendou o estudo técnico dos créditos tributários para BMW Financeira S.A. e BMW Leasing do Brasil S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02 e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.355/06 do Banco Central do Brasil.

Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários, líquido do passivo diferido, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada é de R\$ 24.202 (R\$ 39.287 em 30 de junho de

2017). O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R\$ 28.807 (R\$ 46.298 em 30 de junho de 2017).

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Crédito Tributário		Passivo Diferido	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	9.278	8.716	623	585
Em 2019	5.580	4.921	(458)	(404)
Em 2020	5.233	4.264	(1.099)	(895)
Em 2021	6.623	4.988	(124)	(93)
Em 2022	1.834	1.277	(71)	(50)
Em 2023	1.388	893	-	-
Total	29.936	25.059	(1.129)	(857)

14 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são registrados nos livros contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem considerados riscos de perda de uma ação judicial ou administrativa, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança

a. Depósitos judiciais:

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes e estão representados da seguinte forma:

	2018	2017
	Consolidado	Consolidado
Interposição de recursos trabalhistas	190	83
Interposição de recursos fiscais	404	379
Outros	454	52
Total	1.048	514

b. Contingências cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão

c. Contingências trabalhistas:

São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da empresa – empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem

como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

d. Contingências fiscais:

Com relação à BMW Leasing do Brasil S.A, a Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do ISS incidente sobre as receitas de operações de leasing, por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora.

Em 2013, foi proferida decisão pelo STJ, em ação que discutia exatamente o local de ocorrência do fato gerador nas operações de leasing (estabelecimento prestador x local de entrega do bem e finalização do contrato) na qual entendeu-se que o ISS nestas operações incidiria no local da sede da empresa. Assim, as execuções Fiscais que versavam sobre recolhimento de ISS em outros Municípios passaram a possuir, a partir de tal decisão, probabilidade de perda remota, motivo pelo qual, não há mais saldos relativos às causas de ISS provisionados na data de 30 de junho de 2018.

Com o advento da Lei Complementar (LC) 157/2016, o tema está em discussão, visto que esta LC versa exatamente o contrário da decisão acima mencionada, ou seja, que a incidência se daria no local de entrega do bem e finalização do contrato. Ainda não há orientação jurídica sobre a influência da referida LC nas ações pendentes, o que poderá – ou não – alterar os próximos contingenciamentos, que serão mantidos em possibilidade de perda remota para exercício, haja vista o entendimento de que o princípio da segurança jurídica impediria que a LC retroagisse a fatos passados.

A BMW Financeira S.A. - CFI possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas de cobrança de IPVA.

e. Contingências passivas e obrigações legais:

Os passivos contingentes mencionados nos itens anteriores tratam-se das ações movidas contra a empresa e/ou que possuem algum tipo de pleito contrário à mesma.

Os passivos classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

Provisão para passivos contingentes:				
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2017	(449)	(388)	(4.660)	(5.497)
(-) Constituições	(937)	(7)	(854)	(1.798)
Reversões	369	-	364	733
Saldo em 30/06/2018	(1.017)	(395)	(5.150)	(6.562)
<hr/>				
Saldo em 31/12/2016	(493)	(366)	(1.333)	(2.192)
(-) Constituições	(121)	(13)	(1.497)	(1.631)
Reversões	236	-	173	409
Saldo em 30/06/2017	(378)	(379)	(2.657)	(3.414)

f. Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	2018		2017	
	Causas possíveis		Causas possíveis	
	Quantidade de processos	Montante R\$	Quantidade de processos	Montante R\$
Cíveis	38	2.779	35	2.676
Trabalhistas	3	172	6	2.924
Fiscais	4	325	3	71
Total	45	3.276	44	5.671

15 Partes relacionadas

As operações das Sociedades são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L.

O controlador indireto da BMW Leasing do Brasil S.A. – AM é a BMW España Finance, S.L. através da BMW Acquisitions Ltda (controlador direto).

a. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 30 de junho de 2018 e 2017 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	2018 - Acumulado		2017 - Acumulado	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Coligada - BMW do Brasil Ltda.				
Outros créditos - diversos	130	-	411	-
Equalizações a receber	4.662	19.193	9.360	21.435
Depósitos a prazo	(538)	(1.628)	(40.524)	(3.359)
Outras obrigações – diversas	(185)	(1.064)	(240)	(1.364)
Floorplan a desembolsar	-	-	(6.256)	-
Controladoras - BMW Holding B.V, BMW Finance N.V. e BMW España Finance				
Empréstimo em moeda estrangeira	(1.241.026)	(133.969)	(549.084)	(54.842)
Controladora - BMW AG				
Outras obrigações – diversas	(157)	(395)	-	-
Coligada - BMW North America				
Outras obrigações – diversas	-	(217)	-	-

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos em condições que não sejam compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa para prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações concedidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições, ou adiantamentos para:

- a. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b. Pessoas físicas com participação societária qualificada em seu capital;
- c. Pessoas jurídicas: a) com participação qualificada em seu capital; b) em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada; c) nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e d) que possuem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Em Assembleia Geral dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Diretores membros da Diretoria Executiva.

Salários e honorários da Administração	2018	2017
Remuneração da administração	2.284	1.694

A BMW Financeira não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

16 Outras informações

a. Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos:

O Departamento de Riscos da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento e da BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil, é responsável pelo gerenciamento integrado dos riscos de crédito, de mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária), operacional, liquidez e gerenciamento de capital, seguindo a norma vigente do Banco Central do Brasil referente Gestão Integrada de Riscos - Resolução 4.557/2017. A Instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, sendo as diretrizes e os limites definidos pela sua Alta Administração, em conjunto com as normas do Grupo BMW, vide descrição no site da Instituição disponível na internet.

A BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos de forma integrada respeitando o grau de exposição aos riscos (Apetite por Riscos) na qual a empresa está exposta para assim alcançar os objetivos estratégicos da empresa.

O departamento de Riscos da BMW Serviços Financeiros possui processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, para assim atender a Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 em consonância com o escopo e complexidade de suas operações.

b. Risco de crédito

Em cumprimento aos requerimentos de Basileia, bem como disposições da Resolução nº 3.721/09 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Crédito das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito com o apoio de sua área de negócios, responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito, bem como seu monitoramento.

Além disso, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira.

c. Risco operacional

A empresa mantém política corporativa, específica, de acordo com os requerimentos de Basileia, bem como com a Resolução nº 3.380/06 e suas alterações. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco operacional visa monitorar e mitigar os riscos da empresa.

O comitê de risco tem como principais responsabilidades sugerir limites de tolerância da organização quanto à exposição ao risco, assim como implementar as estratégias, plano de ação e políticas aprovadas pelos membros executivos do Comitê Interno e legislações vigentes. Vale ressaltar que o comitê de risco da BMW Serviços Financeiros é composto pelos seguintes membros:

- Diretor Presidente ou seu substituto;
- CFO (Chief Financial Officer) ou seu substituto;
- CRO (Chief Risk Officer) ou seu substituto;
- CSO (Chief Sales Officer) ou seu substituto;
- COO (Chief Operating Officer) ou seu substituto;
- Gerente Senior de Riscos ou seu substituto.

d. Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB)

A BMW Serviços Financeiros considera que um controle de risco de mercado rigoroso é um fator estratégico de bom desempenho, implementando as políticas de Gestão de Riscos de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB), consoante às Resoluções nº 4.557/2017 e suas alterações.

Os limites de liquidez e de risco de taxa de juros são definidos pela matriz da empresa e apresentados mensalmente no Comitê de Risco, prevalecendo sempre o limite mais conservador. A política é revisada internamente, a qualquer momento e sempre que se fizer necessária, para incorporar mudanças estruturais no mercado e novos avanços na gestão de risco ou em mudanças regulamentares referentes ao assunto em questão.

e. Implementação da Resolução 4.557/17

Em 23/02/2017, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução 4.557 que dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital em até 360 dias após sua publicação. Prazo este para implantação, válido para o segmento S4, o qual a BMW Serviços Financeiros se enquadra.

A BMW Serviços Financeiros deu início, durante o ano de 2017, ao processo de avaliação e adequação aos requerimentos estipulados por esta resolução.

f. Patrimônio líquido exigido

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares.

O índice da Basileia, apurado de forma consolidada pela BMW Serviços Financeiros, conforme as Resoluções nº. 4.192/13 e 4.193/13, em 30 de junho de 2018 é de 21,33% (19,93% em 30 de junho de 2017).

Conforme apresentado abaixo:

	2018	2017
Índice da Basileia III		
Patrimônio de Referência (PR)	317.413	261.181
PR Mínimo para RWA	128.325	121.215
Margem Patrimônio de Referência – sem RBAN	189.089	139.966
IB – Índice da Basileia	21.33%	19,93%
Valor Correspondente ao RBAN	47.803	47.063
Margem Patrimônio de Referência – com RBAN	141.286	92.903

g. Gestão de Capital

Em cumprimento às disposições da Resolução CMN nº 3.988/11, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A- CFI e BMW Leasing do Brasil S.A Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizados sistemas eletrônicos da matriz que garantem o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital, cujos resultados destas estratégias e monitoramentos são apresentados nos Comitês de Risco.

h. Composição do valor presente dos contratos de arrendamento:

	2018	2017
Arrendamentos a receber, líquidos das rendas a apropriar	10	8
Imobilizado de arrendamento	6.691	9.121
Credores por antecipação de valor residual	(4.955)	(5.893)
Antecipações de contraprestação	(32)	(23)
Valor presente dos contratos de arrendamento	1.714	3.213

i. Outros créditos – diversos:

	2018	2017
Créditos tributários	29.936	47.336
Impostos a compensar	3.152	2.906
Devedores por depósitos em garantia	1.048	514
Taxas de equalizações	4.663	9.360
IOF a receber	468	475
Valores a receber - ligadas	130	411
Créditos - disponibilização bancária	10.121	13.563
Diversas	693	723
Total	50.211	75.288

Circulante	32.097	35.232
Longo Prazo	18.114	40.056
Total	50.211	75.288

j. Outras obrigações – diversas:

	2018	2017
Contratos a desembolsar	-	4.833
Passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas	6.562	3.414
Provisões para pagamentos a efetuar	10.275	7.623
Valores a pagar - expatriados	-	424
Diversas	468	1.117
Total	17.305	17.411
Circulante	10.792	14.050
Longo Prazo	6.513	3.361
Total	17.305	17.411

k. Despesas tributárias:

	2018	2017
COFINS	(1.044)	(1.334)
ISS	(173)	(145)
PIS	(170)	(217)
IOF	(4)	(1.995)
Tributos importação	(428)	(566)
Outros tributos	(9)	(20)
Total	(1.828)	(4.277)

l. Outras despesas administrativas:

	2018	2017
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.520)	(1.763)
Despesas de processamento de dados	(1.870)	(2.315)
Despesas de serviços de terceiros	(2.264)	(1.723)
Despesas de aluguéis	(584)	(499)
Despesas de propaganda, publicidade e relações públicas	(1.173)	(1.339)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(281)	(206)
Despesas de comunicações	(182)	(247)
Despesas com cobrança	(777)	(850)
Despesas de viagem	(365)	(481)
Despesas de publicações	(97)	(94)
Outras despesas administrativas	(759)	(504)
Total	(9.872)	(10.021)

m. Outras despesas operacionais:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com comissões e premiações	(9.843)	(6.739)
Despesas com provisões operacionais	(2.288)	(2.258)
Despesas com liquidações antecipadas	(2.990)	(2.919)
Despesas com acordos operacionais	(287)	(743)
Outras despesas operacionais	(784)	(620)
Total	<u>(16.192)</u>	<u>(13.279)</u>

n. Rendas por prestação de serviços e tarifas bancárias:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita com taxa de cadastro	3.278	2.611
Receita de prestação de serviços diferenciados	58	58
Total	<u>3.336</u>	<u>2.669</u>

o. Outras receitas operacionais:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita com acordos operacionais	538	52
Atualização monetária - imposto a compensar	16	29
Reversão de provisões operacionais	1.177	2.049
Reembolsos diversos – coligadas	-	721
Outras receitas operacionais	68	24
Total	<u>1.799</u>	<u>2.875</u>

*

DIRETORIA

Eduardo Tavares Nobre Varella – Diretor Presidente

Mario Andreas Janssen – Diretor

**

Thais Andrade Costa
Contadora
CRC 1SP269365/O-8